



Bragança

ASSUNTO: TOMADA DE POSIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA SOBRE A COLOCAÇÃO DOS DOCENTES DO QUADRO DE ZONA PEDAGÓGICA DE BRAGANÇA

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO - REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DO DIA 27 DE JULHO DE 2009, APROVADA POR UNANIMIDADE

Estando a decorrer o processo de concurso dos professores, do pré-escolar ao ensino secundário, para os próximos quatro anos lectivos e sendo conhecidas as colocações da primeira fase, verifica-se que 455 professores do Quadro de Zona Pedagógica (QZP) do distrito de Bragança não obtiveram colocação em nenhuma escola a nível distrital ou nacional. Pela análise das listas de colocação, verifica-se, também, que não houve colocação de novos professores mas sim mobilidade dentro do distrito. Consta-se, ainda, que, face à instabilidade e precariedade de emprego nesta classe profissional, muitos foram obrigados a procurar colocação em outros QZP, deixando a família e uma vida organizada na região de residência, visto tratar-se de professores com largos anos de serviço, alguns com mais de 20 anos.

Tal situação causa-nos perplexidade e preocupação quanto à situação destes professores, à das suas famílias e ao futuro de uma região, entregue a si própria, cada vez mais fragilizada em termos populacionais e económicos. O iminente êxodo dos professores e, obviamente, das suas famílias reforça a falta de coesão nacional, as assimetrias regionais, as desigualdades de oportunidades dos cidadãos do nosso país e evidencia uma grande fragilidade na organização do território nacional, com o constante abandono das regiões do interior.

Nos últimos anos, a melhoria do processo ensino-aprendizagem, o combate ao insucesso e ao abandono escolar foram estandartes políticos que obrigaram a procura de estratégias vistas como respostas absolutas aos problemas detectados, apesar dos constantes protestos dos intervenientes deste processo. Este novo drama social não contribui para a implementação de medidas assertivas nem para a melhoria da formação dos alunos. Não se pode pretender construir a Educação de um país com uma visão unilateral, desaproveitando as competências pedagógicas e científicas dos professores nem desistindo das responsabilidades na organização territorial, empobrecendo e abandonando o Interior Norte.

Procurando fortalecer o futuro da região e da população que escolheu, aqui, permanecer, apesar de todos os factores adversos, criados por uma política insuficiente no exercício de soberania sobre a totalidade do território nacional, propomos medidas que favorecem a fixação da população, garantindo a estruturação da região e simultaneamente a qualificação das gerações futuras:

- Distribuição dos docentes do QZP não colocados nos Agrupamentos/ Escolas não agrupadas do distrito, de forma proporcional ao número de alunos;

- Rentabilização dos recursos humanos de grupos de recrutamento, como o de Português, Inglês, Educação Musical, Educação Física e 1º Ciclo, nas Actividades de Enriquecimento Curricular, integrando-as no Curriculum normal dos alunos, garantindo, assim, estabilidade na comunidade escolar, evolução profissional no corpo docente e aproveitamento coerente dos recursos disponíveis com vínculo ao Ministério da Educação;

Quando se propõe a Escola a Tempo Inteiro, o combate ao insucesso escolar, à iliteracia, o aumento da formação e da qualificação da população, o acompanhamento eficaz dos alunos e projectos educativos capazes de responder à sociedade actual, deve-se, simultaneamente, falar de recursos

para a concretização deste desígnio nacional. Sabemos que é fundamental um trabalho constante que passa pelo desenvolvimento de projectos nas escolas, pelo acompanhamento sistemático da evolução dos alunos e pela adequação da carga horária para implementar estratégias que respondam de forma positiva aos objectivos propostos.

Constatada, em reunião com o Sindicato dos Professores da Zona Norte, a não colocação de 455 professores que desenvolvem, há vários anos, o seu trabalho ligados ao Ministério da Educação, o que lhes permitiu a organização das suas vidas, deverão, então, estes professores poder continuar o exercício de formação e qualificação das gerações futuras, nesta região.

Muitos projectos poderão ser concretizados, complementando, assim, a actuação da comunidade escolar que tem cumprido, ao longo dos anos, as directivas definidas, muitas vezes com sacrifício pessoal e económico, nomeadamente:

- Desenvolvimento de projectos no âmbito da Saúde, do Ambiente, da Língua Materna, do Plano de Acção da Matemática, do ensino do Português como segunda língua para integrar alunos imigrantes;

- Criação de equipas de apoio a alunos, em regime de tutoria, com dificuldades de aprendizagem mas que não se enquadram nos alunos com Necessidades Educativas Especiais;

- Implementação absoluta do programa Aulas previstas = Aulas dadas, com o acompanhamento total dos alunos no espaço escolar;

- Desenvolvimento de projectos em Par Pedagógico que apoiem os alunos nas suas diferenças e lhes garantam mais sucesso escolar.

Em termos económicos esta proposta não traz custos adicionais, uma vez que os recursos humanos existem e estão em funções efectivas nas escolas. Seria, sem dúvida, uma mais-valia para a Educação e para a fixação da população.

A preocupação actual com a perda de postos de trabalho no país atinge uma grande expressão. Se quando encerra uma empresa, no Litoral, as notícias são de alarme e de preocupação para o país, o que dizer da extinção de 455 postos de trabalho qualificado nesta região empobrecida e que impactos negativos esta situação irá acarretar no futuro próximo com a saída das famílias?

Se fosse necessário encarar a criação de 455 novos postos de trabalho qualificado na região para efeitos de repovoamento e de dinamização económica, que esforço financeiro seria preciso o país fazer em termos de incentivos fiscais, financeiros e outros para garantir tal projecto?

Importa reconhecer a importância social e económica que representa manter estes postos de trabalho na região em benefício da coesão social, do combate à desigualdade, ao despovoamento do interior, e, também, em nome da dignidade humana, custos que, comparativamente à situação anterior, não têm qualquer relevância.

Que a presente pretensão seja enviada às principais entidades e instituições locais, regionais e nacionais ligada ao sector da Educação e publicitada na imprensa regional.

Município de Bragança, 27 de Julho de 2009

O Presidente da Câmara Municipal
António Jorge Nunes, Eng.º